

ENTREVISTA

Antônio Angarita

por **Bernardo Kucinski** e **Otaviano Helene**

editada por Marcos Cripa

O ENDIVIDAMENTO DE SÃO PAULO

Fotos: Daniel R. Garcia

*Secretário de Governo do Estado de São Paulo, Antônio Angarita, tem experiência em administrar massa pública deficitária. Primeiro como presidente da Vasp, na gestão Franco Montoro, e agora como secretário de Estado. Nesta entrevista, concedida aos professores **Bernardo Kucinski**, da ECA, e **Otaviano Helene**, da Física, ele fala das dificuldades que os tucanos estão enfrentando à frente do maior e mais rico estado da Federação. Angarita diz que uma das soluções para a recuperação financeira do Estado passa, necessariamente, pela implantação de um sistema de parceria com a iniciativa privada.*



Bernardo - Olhando de fora, a impressão que se tem é que vocês tomaram um grande susto ao assumir o governo. Parece que não imaginavam que o rombo financeiro era tão grande. Isso é verdade?

Angarita - Foi um grande susto, realmente. Vocês devem se lembrar que os últimos dois meses de campanha do Covas foram organizados em cima de um diagnóstico da administração passada e que levava em conta informações que chegavam ao comitê de campanha. Portanto, os últimos meses de campanha foram feitos em cima desse diagnóstico, a partir do qual eram propostas algumas ações de governo. Quando se inaugurou o regime de transição, após 15 de novembro, com o Covas já eleito, passamos a estabelecer relações formais com o governo Fleury, pedindo os relatórios de toda a administração. Foi a partir do recebimento desses dados que se começou a pensar, ou melhor, a repensar as ações de governo. Quando se chegou no palácio dos Bandeirantes, e aí eu já tinha sido indicado secretário de Governo, passamos a viver o grande mapa da realidade. Aí apareceram as surpresas... uma atrás da outra.

Bernardo - Quais surpresas?

Angarita - Uma delas é que o Covas achou no caixa do Estado R\$ 36 milhões e, cinco dias depois, vencia a folha de pagamento do funcionalismo, que custava R\$ 600 milhões. Uma surpresa negativa de R\$ 564 milhões. Logo em seguida ficamos sabendo que a Cesp tinha para vencer um empréstimo de debêntures, que é uma dívida líquida e certa, um título executório, e que éramos obrigados a saldar. No segundo dia após a posse, apareceu o secretário de Segurança, o José Afonso, e disse: "estamos sem combustível para as viaturas policiais porque não pagamos os

fornecedores". Daí, a primeira medida, muito penosa tanto do ponto de vista político como de marketing, foi partilhar (dividir em duas vezes) o pagamento da folha de funcionários. Isso não se fazia no estado de São Paulo há 25 anos e fomos obrigados a adotar esta medida.

Bernardo - Como se explica que o estado de São Paulo chegue a uma situação tão dramática e não se sabia de nada? Seguramente não foi uma ação de fim de governo, isso é uma coisa estrutural. Como a Assembléia Legislativa, o próprio Covas, que era senador, e a própria mídia não tinham conhecimento dessa falência?

Angarita - Acho que essa sua pergunta é grave, porque só o fato de você fazê-la implica em admitir que um conjunto de instituições não funcionaram.

Bernardo - Exatamente.

Angarita - Um conjunto enorme não funcionou.

Bernardo - E toda a informação que vocês tinham não valeu para nada.

Angarita - Você fica, em alguns casos, paralisado. Seja porque se tratava de um ano eleitoral muito intenso, ou qualquer outro motivo, tudo acabou sendo escondido. Na pergunta você mostra que nós fomos surpreendidos e, na verdade, não poderíamos ser surpreendidos.

Bernardo - O Covas era senador, os empréstimos passaram pelo Senado. Como é que se explica essa surpresa?

Angarita - No Senado, Bernardo, passa a autorização para os avais.

Otaviano - O que significa debater o limite de crédito e o limite de dívida.

Angarita - Por exemplo, o governador Fleury e antes dele o

Quércia negociaram com o Banco Central, passando pelo Conselho Monetário Nacional as famosas antecipações de receitas ordinárias. Isso foi feito à luz do dia, até porque tem que passar por instituições desse tipo. E as operações foram consagradas.

Otaviano - E isso aprovado pela Assembléia Legislativa.

Angarita - Essas instituições todas, se você quer ouvir de mim que elas falharam, falharam mesmo. E isto não é julgamento, é constatação.

Bernardo - O Tribunal de Contas, a Assembléia Legislativa e o Senado?

Angarita - O Tribunal de Contas tem um ritmo diferente. Mesmo se levamos em consideração alguns conselheiros militantes, que acompanham todos os contratos etc, o tribunal julga contas de governos passados. Não é *on line*. É sempre posterior aos fatos que vão ser julgados do ponto de vista formal. Mas a Assembléia Legislativa, que é a casa da vigilância política diária, estava acompanhando os fatos. Mas nós sabemos o que aconteceu na Assembléia, onde a maioria foi pesadamente construída pelo governo passado. Tudo que era encaminhado, era aprovado.

Otaviano - O Ministério da Fazenda não dispunha de informações mais detalhadas sobre as contas públicas paulistas? O então ministro Fernando Henrique Cardoso não tinha essas informações?

Angarita - Aí, Otaviano, você tem uma linha que não é fácil apagar, que é a autonomia do Estado.

Otaviano - Eu digo apenas quanto às informações.

Angarita - Talvez. Por mais diligente que fosse o ministro, o governador simplesmente poderia responder: "não tenho nada a

responder a você, o estado de São Paulo tem autonomia assegurada na Constituição”. Não sei se isso foi feito. Estou apenas conjecturando.

Bernardo - Quanto tempo ainda vai levar para vocês vencerem essa etapa do susto, da reorganização financeira, e se sentirem mais livres para executar o programa de governo que vocês se propuseram a cumprir?

Angarita - O governo Covas se armou de um programa de governo e todos devem se lembrar daquele livrinho, como diziam, que assegurava ao eleitor o que o futuro governador queria fazer. Agora, quando o Covas assume o governo, a questão muda de figura. O problema é como ele vai fazer para implantar o que ele queria (pretendia) fazer. São duas pedagogias. A primeira passa por um exercício intelectual de pesquisa, de investigação etc. E a boa regra dessa primeira pedagogia é a realidade: ninguém vai querer resolver os problemas do mundo. Agora, a segunda pedagogia, que é o como fazer, importa na instrumentação que nós encontramos e que é muito difícil.

Bernardo - Qual a sua perspectiva?

Angarita - Apesar dessas dificuldades, estamos fazendo uma reforma bastante significativa, que eu chamo de reflexão estratégica e que implica no enfrentamento da falta de verbas, no enfrentamento de gre-

ves, na demissão de funcionários etc. Este é o cotidiano de ações negativas devido à crise, mas há, efetivamente, uma ação estratégica que não é visível, que não é palpável. Ocorre que esta ação está acontecendo com muito menos visibilidade, com muito menos ressonância. O que motiva a mídia é a manchete, não as pequenas ações do dia-a-dia.

Bernardo - Quais os principais problemas a serem atacados pelo governo do Estado?

Angarita - Nós estamos discutindo 27 pontos já propostos ao governador para mover o Estado. São coisas que não podem mais ser propostas em nível de debate livre. Elas passam, agora, por um debate administrativo no qual você encontra adversários dentro da própria casa. É a máquina, a corrupção, as alianças, as carreiras, as acomodações etc.

Bernardo - A máquina existia muito antes de existir a nação, a sociedade.

Angarita - Sem dúvida ela pré-existia a tudo isso.

Bernardo - No aspecto político, qual o grau de harmonia existente entre o Covas e o presidente Fernando Henrique Cardoso?

Angarita - Vou emitir uma opinião muito pessoal. Em primeiro lugar o governador de São Paulo tem interesses que são do próprio Estado e que não reproduzem, necessariamente, os interesses da União Federal. O governador de São Paulo tem um mandato buscado nas urnas, em cima de compromissos eleitorais assumidos durante a campanha e que devem ser respeitados. Em segundo, a federação é uma entidade jurídica tal qual o estado membro o é. Portanto, no que diz respeito à política nacional é bastante fácil admitir que os dois estejam sempre de acordo. Porém, em alguns momentos a política da federação pode não ser exatamente aquela política que deseja um dos membros da federação. Isso não quer dizer que as diver-

gências não sejam administráveis. Eles têm mais afinidades que desafinidades, afinal, são membros do mesmo partido, tem uma história de vida muito parecidas, conviveram no Senado etc. A divergência entre o Mário e o Fernando é algo que nós temos que aplaudir, porque seria muito ruim se os dois rezassem literalmente na mesma cartilha, no mesmo catecismo. Acho que um pouco de conflito resulta



A divergência entre o Mário (Covas) e o Fernando (Henrique) é algo que nós temos que aplaudir, porque seria muito ruim se os dois rezassem literalmente na mesma cartilha, no mesmo catecismo. Acho que um pouco de conflito resulta em coisa boa para o estado de São Paulo e para o próprio país.

em coisa boa para o estado de São Paulo e para o próprio país. Ressalto, novamente, que estou emitindo uma opinião muito pessoal e que não falo nem em nome do governador Covas, nem do presidente da República.

Otaviano - Os recursos públicos do Estado devem estar na ordem de US\$ 12 bilhões. Isso é algo em torno de 6 a 7% do PIB estadual, que deve estar na ordem de US\$ 180 a US\$ 200 milhões. Esses 6 ou 7% são muito pouco se comparados com o que ocorre em qualquer país organizado e que o Estado absorve 50% do PIB. Vivemos, portanto, a situação que não é sequer o paradoxo do cobertor do pobre — que cobre um lado e descobre o outro — e chegamos à situação do guardanapo que não cobre sequer a cabeça. Existe alguma preocupação do governo Covas frente a essa situação?

Angarita - Existe, porém, acho que o grande interlocutor para essa pergunta deveria ser o governador Covas. Trata-se de uma pergunta de muito boa qualidade, mas é preciso levar em consideração que o Estado capaz de financiar tudo, o Estado produzido pela Revolução Industrial, provavelmente se exauriu em termos de capacidade de se auto-financiar.

Otaviano - Exauriu sem jamais ter existido.

Angarita - Eu concordo contigo. Quer dizer que não existem recursos de financiamentos etc. Depois a gente inaugura um outro tipo de Estado, que pretende ser uma espécie de trégua entre as forças da sociedade e que se dedica a prover os mais humildes, os mais necessitados. Esse Estado, que muita gente sente saudades, aquele das experiências bem sucedidas, é bem provável que tenha se exaurido. O que nós estamos inaugurando é o Estado que tem de se associar com a parte mais rica da sociedade

para desenvolver espaços públicos. Esta conjunção de interesses pode vir a beneficiar a sociedade como um todo.

Bernardo - Esse não é o Estado neoliberal?

Angarita - Na minha visão não é. Você tem, hoje, manifestações institucionais nesse sentido que são muito ricas, ainda a nível de experimentos, a nível de laboratórios, mas que podem prosperar. Hoje o poder da sociedade é múltiplo e posso citar como exemplo a grande audiência pública que o governador Covas fez com o setor da educação e que foi provocada pelas Associações de Pais e Mestres (APMs). Não foi a Secretaria da Educação que provocou o encontro, nem mesmo os sindicalistas. É claro que os sindicatos estiveram presentes e ocuparam espaço durante metade da audiência, lutando contra os baixos salários etc. Mas, na outra metade do tempo, cuidou-se de uma agenda que foi provocada pela APM, na qual se criticaram os salários, mas também os descuidos dos diretores, os equipamentos físicos etc. Demandas, portanto, que não eram estritamente sindicais. São ensaios que podem estar a desenhando alguma coisa muito nova.

Otaviano - Enquanto o desenho não se define, como é que a sociedade fica?

Angarita - Talvez eu nem devesse dizer isso, porque não é um método científico, mas é tentativa e erro mesmo. O cidadão que quer imaginar que tem nas mãos a solução para os problemas de um estado do tamanho de São Paulo vai morrer de frustrações. Ele vai encontrar uma realidade que é muito difícil.

Otaviano - Se essa liberalização externa das relações do Estado com a sociedade fosse um bom caminho, Paraguai e Haiti seriam potências mundiais. Será que não

é o caso de mudar um pouco o rumo e seguir o padrão europeu, onde o Estado leva 50% do PIB?

Angarita - Não é tão lógico como você coloca. Se você pega alguns indicadores conhecidos, os ganhos que esses riscos de tentativa e erro promovem são líquidos e estáveis, ao passo que numa contabilidade e num Estado mais forte, provedor, podem ser ganhos líquidos em alguns segmentos, mas são ganhos instáveis. É certo que a acumulação privilegia certos segmentos, e isso é uma verdade sociológica, ao passo que em outras regiões os ganhos são distribuídos por toda a sociedade. Se existem cem museus em Nova Iorque, Paris ou Londres, 90 deles são das fundações privadas, que acumularam, enriqueceram, mas que estão devolvendo. No Brasil isso praticamente não existe.

Bernardo - Certamente temos uma elite muito difícil.

Angarita - A nossa elite, que vem desde Antônio Feijó, é só o chamado "venha a nós o nosso reino".

Bernardo - Resolver o problema das crianças de rua não é uma coisa tão complicada. Aliás, porque o governo Covas não adota uma ação mais eficaz nesta área?

Angarita - O próprio governador foi para a rua recentemente e não saiu uma linha na mídia. Foi feita uma varredura na região metropolitana e em uma tarde foram dados RGs (Cédulas de Identidade) a 1.500 crianças de rua. Isso é emblemático e, para a criança, significa matriculá-la num processo de cidadania.

Otaviano - Não é possível dar junto uma carteira escolar?

Angarita - Isso é um dos grandes problemas que temos de enfrentar. Claro que o ideal seria pegar estas crianças e colocá-las na escola, ou seja, tentar resgatar

o grande débito que temos com essa meninada.

Otaviano - Nossas crianças deveriam ter primeiro uma carteira de vacinação, depois uma escolar e mais além a carteira de identidade.

Angarita - Nós não estamos em desacordo, o que estou mostrando é que houve uma ação pública e ninguém ficou sabendo.

Bernardo - Não é possível o estado de São Paulo fazer algo parecido com o Distrito Federal, onde se paga para as famílias de baixa renda mandarem as crianças para a escola?

Angarita - Conheço muito o Cristóvam Buarque (governador petista do DF), considero-o uma pessoa muito inteligente e essa experiência é muito estimulante. Mas tenho ponderado que as possibilidades do Distrito Federal são outras. Ali o Governo Federal tem todo o interesse que funcione. Mesmo com todas as dificuldades, efetuamos mudanças em várias áreas que já estão surtindo efeitos. Aplicamos ações exemplares no Detran, modificamos a Secretaria da Educação, mudamos os Ersas na área da saúde e nenhum deputado, estadual ou federal, tem à sua disposição funcionários do Estado.

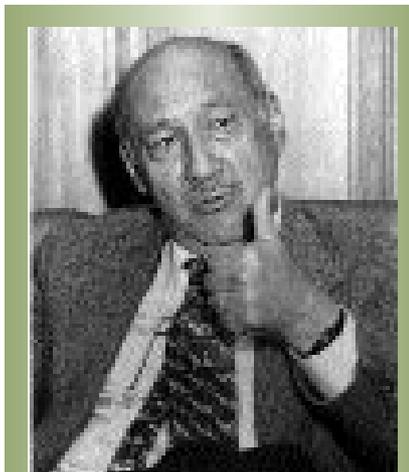
Bernardo - O Covas não corre o risco de sanear o Estado, como fez a Luiza Erundina na cidade de São Paulo, e depois entregá-lo ao Maluf?

Angarita - Mas isso é um risco da República. Ele é permanente e não dá para deprimí-lo.

Bernardo - Quais as grandes transformações propostas pelo governo Covas?

Angarita - Nós selecionamos quatro grandes problemas para atacar: a reforma institucional, a valorização dos recursos humanos, a informatização do Estado e uma política de parcerias. Quan-

do falamos em parcerias, não quer dizer que elas devam ser feitas a toque de caixa ou espontaneamente. Elas devem ser amarradas a uma política de planejamento que leve em consideração o próprio adversário, as restrições, os aliados, as circunstâncias



Selecionamos quatro grandes problemas para atacar: a reforma institucional, a valorização dos recursos humanos, a informatização do Estado e uma política de parcerias. Quando falamos em parcerias, não quer dizer que elas devam ser feitas a toque de caixa ou espontaneamente. Elas devem ser amarradas a uma política de planejamento

etc. Se essa política de parcerias for bem executada, ela ajuda a resolver as dificuldades de financiamento do Estado.

Bernardo - E com relação ao ensino superior, existe alguma proposta?

Angarita - As universidades

têm a sua participação no orçamento beirando os 10% (9,57%). Não sei se a universidade, a inteligência universitária, os reitores, os pró-reitores e assim por diante estão satisfeitos. Eles pegam esta parte do orçamento e resolvem onde vão investir.

Otaviano - O número de vagas públicas no ensino superior coloca o estado de São Paulo numa situação precária. Existe alguma preocupação específica do governador Covas com relação a essa questão?

Angarita - Se houver eu não conheço. Mas isso não quer dizer que não exista essa preocupação, que não haja pessoas interessadas em colocar a questão em pauta dentro do governo. A secretaria à qual estão vinculadas as universidades é a de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, que tem uma relação muito próxima com os reitores da USP, Unesp e Unicamp. Eu, por acaso, tenho, mas são pessoais e esse tipo de agenda não passa pela minha secretaria. Agora, de fato os números de vagas são preocupantes e me custa crer que este assunto não esteja presente numa agenda de médio prazo.

Otaviano - No campo da sonegação fiscal, o que se deve esperar do governo Covas?

Angarita - Neste campo é provável que surjam os bons pontos do Governo. O secretário da Fazenda está fazendo um exercício muito voltado para isso. Ele escolheu um grande tributarista, o Clóvis Pazarini, que é o responsável pela receita e pela arrecadação, depois mudaram-se as Câmaras do Conselho de Contribuintes e posteriormente ajustou-se com o Tribunal a cobrança zerada da dívida ativa. Por outro lado, a fiscalização está cada vez mais ativa. Isso tudo pode ser constatado na inclinação positiva da curva de arrecadação do Estado.